

INFORMAÇÕES GERAIS:

*** EDIÇÃO EXTRA ***

Prazo para divulgação do Relatório de Transparência Salarial é prorrogado para 15 de outubro

Empresas com 100 ou mais trabalhadores podem entregar o relatório de transparência salarial após novo processamento dos dados, que será disponibilizado no Portal Emprega Brasil pela Dataprev

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que foi prorrogado, de 30 de setembro para 15 de outubro, o prazo para as empresas com 100 ou mais trabalhadores divulgarem o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, obrigação prevista na Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

A decisão foi tomada após a identificação de inconsistências em parte dos resultados apurados. Para garantir a precisão e a confiabilidade das informações, a Dataprev realizará um novo processamento dos relatórios, e a expectativa é de que as versões corrigidas estejam disponíveis no Portal Emprega Brasil até 7 de outubro, devendo as empresas proceder à sua divulgação em canais institucionais, como site, redes sociais ou meios equivalentes de ampla visibilidade, até 15 de outubro.

A divulgação do relatório é obrigatória e integra as medidas de promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, previstas na Lei nº 14.611/2023. O descumprimento da obrigação pode acarretar sanções às empresas, incluindo a aplicação de multas administrativas.

4ª edição – Nesta nova edição do Relatório de Transparência Salarial, os dados gerais serão divulgados conjuntamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério das Mulheres, com base nas informações fornecidas pelas empresas e nos registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), abrangendo o período de julho de 2024 a junho de 2025. A expectativa é de que, nesta edição, a desigualdade salarial entre mulheres e homens ainda não apresente redução significativa, evidenciando a importância da continuidade e do fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade no mundo do trabalho.

Governo libera consulta ao FAP 2025/2026

Publicada [Portaria Interministerial MPS/MF 10/2025](#), que trata da consulta e contestação ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP)1 2025, com vigência para 2026. A consulta, está liberada as empresas desde o dia 30 de setembro de 2025 e poderá ser realizada nos sítios da Previdência, da Receita Federal e no site <https://fap.dataprev.gov.br/>, com acesso pelo gov.br.

O FAP atribuído ao estabelecimento poderá ser contestado administrativamente, perante o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), exclusivamente por meio eletrônico, mediante formulário disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB. A contestação poderá ser feita no período de 01 a 30 de novembro de 2025, via sistema gov.br com certificado digital. Da decisão proferida pelo CRPS, caberá

recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do resultado no DOU.



Instruções para utilização do sistema disponíveis no [Manual de Acesso ao Novo FAP](#).

1 O FAP, criado pelo artigo 10 da Lei 10.666/2003, é um flexibilizador das alíquotas de 1%, 2% ou 3% dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT, antigo SAT – Seguro de Acidentes do Trabalho), fixado por atividade econômica e incidente sobre a folha de pagamentos para custear os benefícios acidentários, conforme descrito no Anexo V do Decreto 3.048/99. Por meio dele, os estabelecimentos das empresas podem ter a redução em 50% do valor do RAT, ou majorá-lo em até 100%.

Boa leitura.